

Notas históricas sobre a particularidade da emergência do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940¹

Historical notes about the particularity of the emergence of Social Work in Pernambuco in the 1940s

Adilson Aquino Silveira Júnior*

Resumo: O artigo trata das particularidades da emergência do Serviço Social em Pernambuco na década de 1940. Apresenta notas históricas abordando os aspectos que definem seu caráter embrionário nesses anos, segundo as variáveis relativas à formação e corpo profissional, institucionalização e espaços ocupacionais. Fundado na perspectiva marxiana da totalidade dialética, o estudo documental possui como fonte de dados os documentos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1970) e as monografias desenvolvidas pelas alunas dessa instituição entre os anos 1940-1960, além das evidências informadas em pesquisas e artigos que se debruçaram sobre essa realidade. Conclui-se que a gestação da profissão no estado nos anos 1940 implicou uma particularidade do Serviço Social mais permeável (menos refratária) a tendências atualizadoras e/ou inovadoras, cujo espectro comporta, desde aquelas de cariz modernizador, até as perspectivas abertamente contestadoras.

Palavras-chaves: Serviço Social. Profissionalização. Institucionalização.

Abstract: The article discusses the peculiarities of the emergence of Social Work in Pernambuco in the 1940s. It presents historical notes addressing the aspects that define its embryonic character in those years, according to the variables related to training and professional body, institutionalization and occupational spaces. Founded in the marxian perspective of dialectical totality, the documentary study has as its data source the documents of the former School of Social Work of Pernambuco (1940-1970) and the monographs

¹ Uma versão modificada e ampliada dessas notas compôs o capítulo *A emergência do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940*, publicado no livro *Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional* (SILVEIRA Jr., 2020, p. 65-92).

* Doutor e Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.. E-mail: j_r1987@hotmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

developed by the students of this institution between the years 1940-1960, besides the informed evidence in research and articles that dealt with this reality. It is concluded that the gestation of the profession in the 1940's state implied a peculiarity of Social Work more permeable (less refractory) to updating and / or innovative tendencies - whose spectrum includes, from the modernizing aspect, to the openly contending perspectives.

Keywords: Social Work. Professionalization. Institutionalization.

Recebido em 01/07/2010 – Aceito em : 26/08/2020

Introdução

Esse texto aborda a emergência do Serviço Social em Pernambuco. Parte da hipótese de que tal processo consome toda a década de 1940. Disso resulta uma de suas particularidades: ele nasce dinamizado já por alguns vetores que marcam o estágio de “erosão do Serviço Social ‘tradicional’ no Brasil” (NETTO, 2004). As notas históricas que seguem enfocam os aspectos que definem o caráter embrionário do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940, segundo as variáveis relativas à formação e corpo profissional, institucionalização e espaços ocupacionais. O material empírico que permitiu a referida caracterização, e a formulação da hipótese diretriz aqui sustentada, diz respeito aos documentos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE) e as monografias desenvolvidas pelas alunas dessa instituição entre os anos 1940-1960, além das evidências informadas em pesquisas e artigos que se debruçaram sobre essa realidade (BERNARDES, 2006; GOMES, 1987; VIEIRA, 1992; PADILHA, 2008; UFPE, 1985). Apesar desenvolvermos apenas um esforço inicial de reconstrução historiográfica, a concepção de *totalidade* da perspectiva marxiana preside a apreensão das tendências históricas evidenciadas. As quais buscam ser particularizadas sob a luz das indicações teórico-metodológicas fornecidas pela literatura do Serviço Social vinculada à tradição marxista, em especial Abreu (2008), Iamamoto e Carvalho (2005), Iamamoto (2004, 2006, 2010), Netto (2004, 2005, 1996).

Embora imbuído em fornecer elementos empíricos e hipóteses sobre uma realidade regional, esse trabalho pretende ser um contributo na tarefa – ainda por fazer – de elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil – com suas tendências abrangentes, mas igualmente dinamizada por aspectos de desenvolvimento desigual. Na literatura profissional, ainda permanece o quadro sinalizado por Netto (2016, p. 56): “[...] carecemos [...] de uma história (de histórias) do Serviço Social no Brasil que nos ofereça(m), com rigor e precisão possíveis, o inteiro processo dos seus 80 anos que em 2016 se comemoram.” Com efeito, o ponto de partida é o rico trabalho de Iamamoto e Carvalho (2005) que – ainda na avaliação de Netto (2016, p. 55) – “[...] permanece, até hoje, enquanto empreendimento de análise histórica, sem continuidade entre nós.” Inobstante isso, tal trabalho comporta seus próprios limites de reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, dos quais dois são mais evidentes. O primeiro, e mais óbvio, diz respeito a suas fronteiras temporais: ele que acompanha o desenvolvimento da profissão apenas até a década de 1960, fornecendo indicações sinóticas sobre as décadas seguintes nas suas considerações finais. Em segundo lugar, o material empírico e os aspectos da realidade

praticamente estão centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais comportam tendências que não podem ser diretamente transplantadas para outras realidades regionais. Essa lacuna nos interessa em particular, posto que o estudo do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940 pode contribuir para explicitar os ritmos desiguais e a diferenciação interna do evoluir da profissão, efetivamente presentes desde sua gênese no país. Esperamos que o esforço de delimitação necessário para a exposição do tema não tenha implicado em qualquer nuance de abordagem *particularista*. O interesse é colaborar com insumos para apreensão das *particularidades* do Serviço Social no Brasil. De modo que esse texto supõe e demanda uma articulação com aquelas pesquisas mais abrangentes já realizadas², das quais nossas remissões aqui não puderam deixar de ser apenas indicativas.

De partida, colocamos como hipótese uma periodização para o *desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco* que, mesmo de modo aproximado, localiza no decorrer da década de 1940 o estágio que marca sua *emergência*, nos anos 1950 o período onde se alcançam os principais requisitos da sua *profissionalização* e, do próximo decênio em diante, a época de sua *consolidação* – cuja afirmação ganha lastro quanto mais se desdobram as circunstâncias econômicas, institucionais e políticas dos anos 1970. A diferenciação entre tais estágios não supõe uma leitura esquemática – seja qualquer espécie de etapismo evolucionista ou visão teleológica – da história do Serviço Social no estado. Com efeito, os processos da sua *emergência*, *profissionalização* e *consolidação* constituem uma unidade dinâmica, ricamente forjada por interações recíprocas. Tal diferenciação se justifica porque a própria realidade comporta – no seio mesmo dessa dialética unitária e movente – uma *combinação de determinações* estruturadora de *momentos predominantes* que se diferenciam no curso de um desenvolvimento cumulativo. Assim, a diferenciação dos referidos estágios, para apreender a história do Serviço Social em Pernambuco, apenas pretende reproduzir, com máxima aproximação possível, o movimento que preside essa realidade.

Em suma, as evidências disponíveis informam que o Serviço Social em Pernambuco demorou, praticamente, toda a década de 1940 para consolidar os pressupostos indispensáveis à sua existência mesma. Ou seja, esse é o lapso de tempo que marca sua *emergência* ou *gestação*. Tais pressupostos serão detalhados na próxima seção do texto, e se resumem aos seguintes vetores: as condições necessárias para uma formação especializada, uma densidade mínima dos quadros discentes e profissionais disponíveis, algum lastro de reconhecimento legal do seu caráter profissional e a conformação de espaços ocupacionais institucionalizados de algum vulto. Tais requisitos foram, em alguma medida, contemplados na passagem para a década de 1950. E é nesta última em que se concentram os determinantes e acontecimentos característicos da *profissionalização* do Serviço Social – concomitante a afirmação e aprofundamento daqueles vetores basilares da sua emergência, desencadeados desde antes.

A *profissionalização* supõe – além daqueles vetores da *emergência* já firmados – o reconhecimento abrangente – pelo Estado em suas diversas esferas – do Serviço Social enquanto campo profissional, e do portador do diploma de assistente social como legítimo e exclusivo agente com capacidade e competência para desenvolver as atribuições relativas à área em questão. Portanto, com o direito de reclamar o Serviço Social como sua esfera privativa de inserção no mercado da força de trabalho. Além da conquista de uma legislação voltada à regulamentação do Serviço Social de larga abrangência, a existência de entidades para fiscalização do exercício e defesa corporativa, a *profissionalização* envolve processos também amplos de normatização e padronização dos critérios

² Apenas para apontar as mais citadas: Abreu (2008); Carvalho (1980), Yamamoto (2004, 2006, 2010); Yamamoto e Carvalho (2005); Netto (2004, 2005, 1996).

de ensino (superior) e das agências de formação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005; NETTO, 2013, 2004, 2005, 1996). Nesse aspecto, o Serviço Social em Pernambuco não destoa do que ocorria em nível nacional. O caráter necessariamente abrangente das regulamentações e normatizações do estágio de *profissionalização* requisitou uma legislação federal que equalizou esse processo entre todos os estados. Mais adiante demonstraremos como isso ocorre no curso da década de 1950.

O alcance do estágio da *consolidação* do Serviço Social supõe a sua *emergência* e *profissionalização*, mas não se resume as mesmas. Sua marca é uma certa *generalização da profissão*, com a consequente multiplicação quantitativa dos agentes profissionais (sustentada na existência de um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais) e do corpo discente; a *diferenciação da intervenção profissional*, com a complexificação do aparato teórico, metodológico e técnico-operativo, dispendo de viabilidade institucional para efetivação; o *adensamento e diferenciação dos espaços ocupacionais disponíveis*, com a conquista de uma variada possibilidade de inserção nas hierarquias institucionais e equipes multiprofissionais; o *robustecimento da elaboração teórica caucionado pela inserção no circuito universitário*, do qual se desdobra uma produção de conhecimento (ou sistematização teórica) desde a própria área do Serviço Social (NETTO, 2013, 2004). Nesse texto, não abordaremos a particularidade desses processos no Serviço Social em Pernambuco. Pretendemos apenas sinalizar para o fato de que alguns de seus aspectos despontam ainda nos anos 1960, mas tão somente ganham consistência no decorrer da década seguinte em diante.

Tal periodização não corresponde sincronicamente, por outro lado, àqueles três momentos – que extraímos aqui de Netto (2004, p. 115-151) – do evoluir do Serviço Social na particularidade brasileira, ou seja: (1ª) o lapso onde predominam os traços que o enquadram no *tradicionalismo* (enquanto “Serviço Social tradicional”³) – inscrito entre os anos de criação das primeiras Escolas e meados da década de 1950; (2ª) o estágio de transição no qual o tradicionalismo em erosão vai sendo derruído por novas tendências – vigente, aproximadamente, durante o segundo lustro dos anos 1950, até os primeiros momentos do ciclo ditatorial; e (3ª) o intervalo decisivo da precipitação dessa erosão na forma que tomou o “processo de renovação do Serviço Social”⁴ – cujo desfecho apenas foi alcançado efetivamente no decorrer dos anos 1970 e início da década seguinte. Dado que o desenlace da *emergência* do Serviço Social em Pernambuco não acontece antes de encerrados os anos 1940, verificamos que este já *nasce dinamizado por algumas características que marcam o estágio de transição*. Ou seja, quando o tradicionalismo encontra-se sendo problematizado por algumas variáveis e condicionamentos que fornecem suporte para o processo de renovação; dentre essas variáveis, destacam-se: a erosão da influência católica, a afirmação da hegemonia norte-americana, os traços germinais da profissionalização e um esboço de diversificação das modalidades de intervenção. Ou, seguindo outra abordagem, isso significa que o Serviço Social em Pernambuco não emerge puramente constituído pelo conservadorismo característico do que

³ Netto (2004, p. 117-118, nota) sugere entender o Serviço Social “tradicional” como “[...] ‘a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável’.”

⁴ Para Netto (2004, p. 131), se entende por renovação “[...] o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.”

Abreu (2008) denomina de “perfil pedagógico da ‘ajuda’”⁵. Ele desponta dinamizado também por elementos – ainda que inicialmente incipientes – do “perfil pedagógico da ‘participação’”⁶. Nesse texto, não iremos explorar as características e implicações dessa particularidade. Delimitaremos, na sequência, apenas os aspectos conformadores do *caráter embrionário* do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940, década que marca o estágio da sua *emergência*.

O caráter embrionário do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940

Nos anos 1940, o Serviço Social em Pernambuco era residual, praticamente embrionário. Isso significa que, a rigor, não se pode falar, durante todo esse período, em termos da existência de um *corpo profissional* propriamente dito. Isso se considerarmos como parâmetros os seguintes vetores.

1. Ainda estavam sendo garantidas, do decorrer da primeira metade da década, as condições satisfatórias para constituir a *formação especializada*. Por um lado, pense-se no fato de que até finais de 1945 a ESSPE⁷ não possuía sede própria, estando alojada nas dependências do Juizado de Menores, onde padecia de problemas (de ordem pedagógica e disciplinar) decorrentes das suas dificuldades financeiras (todos os colaboradores, naquele momento, trabalhavam sem qualquer remuneração) e suas limitadas instalações. Apenas em 1946 começou a contar com estrutura adequada e pessoal especializado. Do ponto de vista das estruturas de funcionamento, ao final de 1945 adquire sede própria (então localizada na Rua Conde da Boa Vista, nº 1512), viabilizada através de doativo da Legião Brasileira da Assistência (LBA). Por outro lado, associada às contingências estruturais, existia uma *carência de direção técnica especializada*. Por quase todo o primeiro lustro dos anos 1940, não existiam membros, no quadro de professores, com formação em Serviço Social. Ademais, nesse início o currículo apenas contava com uma matéria específica (a de Assistência Social), cujos conteúdos encontravam-se relacionados ao *Serviço Social de Casos*, sendo ministrada pelo médico René Ribeiro. A primeira Diretora formada em Serviço Social, Maria de Lourdes Almeida de Moraes, ocupou o cargo apenas em 1944, após concluir o curso, em dezembro de

⁵ Esse perfil pedagógico marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, nos Estados Unidos, na segunda década do século XX. Surge como o conteúdo do Serviço Social de Caso, enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, que, na formulação de Mary Richmond refere-se a um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca. A “ajuda psicossocial individualizada” vincula-se às estratégias de reforma moral e de reintegração social impostas pelas necessidades organizacionais e tecnológicas, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordista e taylorista, em relação à formação de um novo tipo de trabalhador (ABREU, 2008).

⁶ Trata-se de um redimensionamento da participação nas práticas pedagógicas controladoras e subalternizadoras do Serviço Social, constituindo-se na referência de inovação metodológica numa pretensa “perspectiva de globalidade”. Nesses marcos, se afirmam os processos de mobilização e organização como desdobramentos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que reitera as práticas educativas psicologizantes, sob a influência da visão desenvolvimentista modernizadora (ABREU, 2008).

⁷ A ESSPE foi fundada em 1940, pelo Juiz de Direito Rodolfo Aureliano, sendo extinta e incorporada à UFPE em 1971. Consiste na terceira Escola de Serviço Social criada no Brasil, precedida pela de São Paulo (criada em 1936) e a do Rio de Janeiro (criada em 1937). Para a criação, seu fundador (e o grupo de apoiadores) contou com as orientações da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). O grupo de juristas, médicos e padres, ligados ao Juizado de Menores e ao Círculo Operário do Recife, fundador da ESSPE, inscrevia-se na ala mais progressista da igreja (e mesmo leiga), com cariz humanista. Concomitante ao início do funcionamento, ocorreu o intercâmbio de três alunas para o Instituto Social no Rio de Janeiro, a fim de se prepararem para a profissão, e assumirem a ESSPE no seu retorno – foram elas Maria de Lourdes Almeida de Moraes, Maria Dolores Cruz Coelho e Hebe Gonçalves.

1943, no Instituto Social do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 1945, integra também o quadro da ESSPE Maria Dolores Cruz Coelho – formada na mesma instituição no Rio de Janeiro – ocupando-se da supervisão dos trabalhos práticos e de campo das alunas. Após 1948, regressa – igualmente do Instituto Social – Hebe Gonçalves, assumindo o ensino de *Organização Social da Comunidade*, de *Serviço Social de Grupo* e de *Serviço Social Médico*, além da supervisão de estágio de numerosas alunas. Nesse intervalo, precisamente em 1946, Maria da Glória tornou-se a primeira aluna formada pela Escola, imediatamente integrando-se no seu corpo docente. Não é casual que o Relatório da Comissão Verificadora (ESSPE, 1955, p. 7)⁸ considerasse, referindo-se ao que ocorreu até 1946: “[...] contanto com instalações e pessoal especializado, iniciou a Escola um período mais condizente com as finalidades previstas. Os anos anteriores podem ser considerados de preparação e aparelhamento”. Tudo isso se vinculava, igualmente, ao próprio processo de reconhecimento legal da ESSPE, face às instâncias de governo. Fora fundada em 6 de maio de 1940, pelo Desembargador Rodolfo Aureliano da Silva (do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e então Juiz de Menores do Recife), como consequência dos debates na *III Semana de Ação Social* (1939) e da motivação direta de aparelhar o Juizado de Menores com pessoal técnico especializado. Em 30 de janeiro de 1941 (ato nº 158) é reconhecida pelo interventor Agamenon Magalhães, o que a habilitou a receber subvenções estatais. Em 1946, ano inaugural dos trabalhos na sede recém adquirida, tem novos estatutos aprovados pelo Secretário da Educação do Estado de Pernambuco (portaria nº 379, de 28 de agosto) – os quais são reformados novamente em 23 de setembro de 1954.

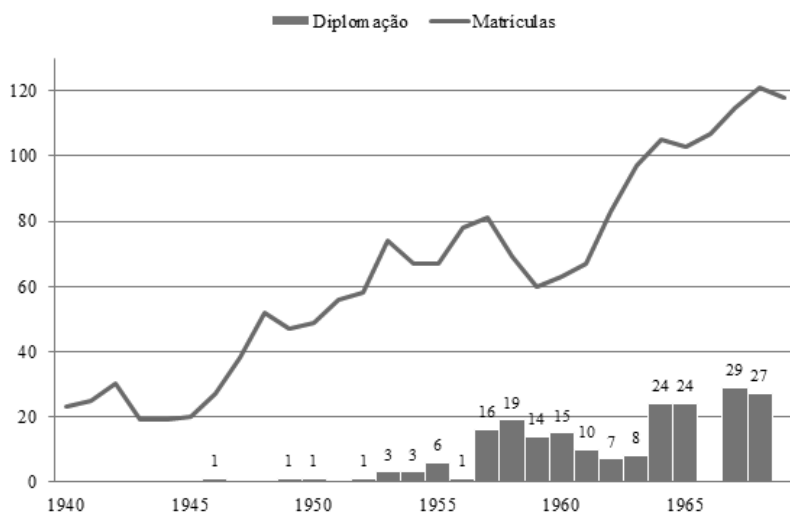
2. Era incipiente o contingente do alunado, associado ao número irrisório de assistentes sociais formados/as no estado – conferir o gráfico abaixo sobre a *Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969)*. Embora os documentos disponíveis, relativos à movimentação da matrícula, não apresentem números totalmente compatíveis⁹, é razoável dizer que, até 1945, as matrículas (somando-se as três séries) não passaram de uma média de 20 por ano; e que, entre 1946-1950, essa mesma média subiu para, aproximadamente, 30 matrículas. Isso significa dizer que, anualmente, encontravam-se matriculados, no máximo, 30 alunas na ESSPE, considerando-se todos os anos. Ademais, até 1949, apenas havia ocorrido a diplomação de duas assistentes sociais (em contraste, no ano de 1959, esse número acumulado chegava a 66). Necessário uma reserva, entretanto. Por falta de uma regulamentação da profissão (seja em âmbito estadual ou federal) e de uma normatização nacional do ensino, durante todo esse período, muitas alunas que iniciavam o curso eram contratadas pelas instituições existentes sem a exigência de conclusão da formação e do diploma – algo que, inclusive, consumia o tempo necessário para a elaboração do trabalho de conclusão do curso e a finalização da formação. O que sinaliza para o fato de que, inobstante a quantidade irrisória de diplomadas, o contingente atuando nas instituições assumindo atribuições reconhecidamente inerentes ao Serviço

⁸ Esse documento consiste numa apreciação detalhada do histórico, da regulamentação, da estrutura e das atividades da Escola até 1955. Após a regulamentação do ensino em Serviço Social no Brasil (em 1953) e da profissão (em 1954), a ESSPE encaminhou ao Ministro da Educação o pedido de reconhecimento, que demandou esse relatório de uma comissão verificadora federal. O reconhecimento foi concedido pelo decreto nº 39.009 de 11 de abril de 1956, do Presidente da República.

⁹ Cotejamos as informações de alguns Relatórios Anuais da Direção da Escola (dos anos 1946, 1947 e 1948), comparando-os com o Anexo 1 – Evolução das inscrições ao concurso de habilitação, das matrículas e da diplomação – 1940 – 1969, do documento ESSPE (1969).

Social era maior. De todo modo, porém, isso apenas corrobora o caráter ainda bastante precário do estatuto *profissional* do Serviço Social na década.

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969)



Fonte: ESSPE (1969).

3. Figurava uma franca ausência de bases legais de reconhecimento, perante o Estado (em qualquer esfera), do Serviço Social como uma área de intervenção de natureza profissional (com a decorrente exigência de diplomação, aparelhagem e normatização corporativa própria). Ao que tudo indica, nessa década verifica-se apenas uma Lei Estadual, nº 427, de 31 de dezembro de 1948, criando cargos isolados de Assistentes Sociais. Apenas na entrada da década seguinte outra legislação fornece um reconhecimento mais amplo. Em primeiro lugar, com a criação de outra Lei Estadual, em 14 de dezembro de 1950, nº 965, que dispõe sobre as nomeações para os cargos de Assistentes Sociais a serem criados pelo estado e suas autarquias. Nesse caso, a orientação e execução de trabalhos que integram as atividades específicas de Serviço Social passaram a constituir a carreira de “Assistente Social” nas repartições de Pernambuco (ou seja, nas autarquias instituídas pelo estado e as organizações por ele subvencionadas). A partir daí, as nomeações para os cargos foram condicionadas ao porte do diploma de “Assistente Social” – ainda podendo ser admitidos como contratados alunos da ESSPE, exigindo-se, nesse caso, a conclusão do curso no prazo regulamentar. Supomos que essa legislação repercutiu na dinâmica da ESSPE, em especial com aumento das matrículas, nos anos 1950, e a mobilização para a finalização dos cursos e a diplomação – conforme sinaliza o gráfico anterior. Poucos anos depois se firmaram marcos legais referentes à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei 1.889 de 13.06.1953 e o Decreto 35.311, de 02.04.1954), e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei 3.252, de 27.08.1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma; e o Decreto Lei 994, de 15.05.1962, que regulamenta a Lei). Outra iniciativa que supomos ter repercutido na dinâmica de matrículas e diplomações em nível estadual, também conforme o gráfico anterior sugere.

4. Evidenciava-se uma parca quantidade de espaços ocupacionais que requisitasse o/a assistente social, reconhecendo para o/a mesmo/a, concomitantemente, um lugar oficial nas estruturas organizacionais-institucionais. Nos anos 1940, os espaços onde se nota alguma espécie de atuação no âmbito do Serviço Social podem ser divididos em duas classificações:

- *Em primeiro lugar*, existiam aqueles onde as alunas da ESSPE passaram a desenvolver experiências, vinculadas à atividade de estágio, como requisito da formação, mas de caráter experimental e exploratório, posto a inexistência oficial do Serviço Social nos mesmos. E essa inexistência se expressava na ausência de um setor/departamento/equipe na instituição ou organização para a função, na falta de um projeto próprio para a atuação do Serviço Social no órgão, e mesmo pela ausência de agentes profissionais formados exercendo atividades. Nesses casos, as alunas encarregavam-se praticamente de desbravar as alternativas de inserção do Serviço Social – como uma espécie de “experiência piloto” – orientadas pelas professoras da ESSPE encarregadas do Estágio, e basicamente centradas na aplicação do Serviço Social de Casos; quando muito, ensaiando algumas ações relacionadas ao Serviço Social de Grupos.¹⁰ Até o momento da pesquisa, identificamos as seguintes instituições que abrigaram essas experiências: os Círculos Operários¹¹; a Escola Ulisses Pernambucano¹²; e o Departamento de Assistência Social – LBA.¹³
- *Em segundo lugar*, se encontram instâncias que começavam a afirmar o agente técnico especializado no âmbito do Serviço Social como parte de seus quadros oficiais, onde se localizava sua contribuição como subsidiária (ou acólita) em face das finalidades e resultados institucionais estratégicos dos mesmos. A exceção a tal tendência (de posição subsidiária) era a própria ESSPE, que começou a absorver assistentes sociais diplomadas,

¹⁰ O que se observa quanto à aplicação dos métodos é que, quanto menos base institucional disponível, menor a viabilidade de aplicação do *Serviço Social de Grupos* ou de ações de *Organização de Comunidade*. Desse modo, as experiências pioneiras, por não disporem de condições institucionais, estruturais, de pessoal, etc., satisfatórias, acabaram restringindo-se à aplicação do *Serviço Social de Casos*, e ainda com uma reduzida capacidade de atendimento.

¹¹ Registros e análises sobre a experiência pioneira do Serviço Social em Pernambuco, junto ao movimento circulista, podem ser encontrados em Gomes (1987), Ladim e Gomes (1985), Andrade (1946).

¹² A Escola Ulisses Pernambucano (antes Escola Aires Lima, localizada na Av. João de Barros, n. 594, bairro de Santo Amaro) foi criada pelo Governo do Estado em 1941. Assim são definidos seus objetivos, por Costa (1949, p. 41): “A Escola Ulisses Pernambucano, é um externato mixto para crianças, cujo grau de anormalidade psico-pedagógico não admite acompanhar o regime de ensino comum, porém que, sob métodos especiais podem ser educadas e reeducadas”. Ana Luíza Costa, uma das alunas da ESSPE, estagiou na instituição entre 1942-1944, realizando tarefas de assistente social (associadas a função de professora especializada) junto aos então chamados “menores anormais” (crianças com deficiência) e suas famílias, utilizando técnicas do *Serviço Social de Casos*, referenciado pela concepção de “desajustamento”, e subsidiado pela psicologia e psiquiatria. Porém, até 1949, inexistia um órgão do Serviço Social na instituição (COSTA, 1949). A mesma autora assevera, embora sem informações mais detalhadas, ter sido convidada a trabalhar na LBA, em 1942, após sua inserção no curso de Serviço Social (COSTA, 1949, p. 58).

¹³ Acerca da atuação nesse Departamento, apenas Oliveira (1950) indica algumas informações. Menciona que duas alunas concluintes (é provável que da segunda metade dos anos 1940) ficaram encarregadas do então extinto Departamento de Assistência Social da LBA. Recorda Oliveira (1950, p. 34): “Em nosso meio tivemos duas alunas concluintes encarregadas do antigo Departamento de Assistência Social, que movimentaram o serviço com a colaboração de senhoras e senhoritas de nossa sociedade. Procuravam elas através de visitas domiciliares estudar os casos, e apresentavam relatórios às encarregadas do serviço para diagnóstico, e indicação de tratamento. Mas, apesar de toda boa vontade daquelas que se dedicaram a esses estudos, não se pode dizer que o trabalho foi realizado dentro da técnica. O espírito assistencialista dominava dirigentes e dirigidos, e assim começou a Legião a surgir diante do público como uma Instituição que distribuía gêneros, enxovais, remédios, etc. Com o tempo esta mentalidade foi criando vulto em nosso meio ambiente, e até novembro de 1949 todo nosso esforço e toda verba eram empregados na doação de recursos para prover necessidades imediatas, dada a impossibilidade de educar e encaminhar famílias para uma situação mais estável e menos humilhante”.

a partir de 1944, para atender aos seus requisitos prioritários de formação especializada. E também as *Agências de Serviço Social Familiar*, criadas após 1948, as quais, pelas suas próprias finalidades, punham a centralidade da atividade do Serviço Social no processamento de suas finalidades precípuas. Embora esse tipo de espaço começasse a despontar, efetivamente na segunda metade da década, isso não significava: (I) nem a existência de uma demanda muito numerosa de agentes – possivelmente não chegasse a duas dezenas o número de cargos ocupados, muitas vezes com as mesmas pessoas empregadas em mais de um deles; (II) nem que os mesmos estivessem assumindo os cargos com a formação concluída (ou seja, diplomados) – a inexistência de regulamentação legal para o exercício da profissão possibilitava a ocupação de funções sem o requisito da diplomação, levando a que alunas da ESSPE se incorporassem aos espaços inicialmente criados. Esse residual quadro profissional despontado era absorvido em espaços ocupacionais específicos, a partir do segundo lustro dos anos 1940, se firmando institucionalmente quanto mais se chega ao final da década, como trataremos na próxima seção.

Os espaços ocupacionais na década de 1940 e seu posterior adensamento

No intervalo que se desdobra, desde a criação da ESSPE, até o início dos anos 1950, os espaços ocupacionais onde se encontravam assistentes sociais formadas, e com colocação profissional reconhecida oficialmente nas estruturas institucionais, reduziam-se aos seguintes¹⁴: a própria *Escola de Serviço Social de Pernambuco*; o *Juizado de Menores*; o *Conjunto Residencial de Casa Amarela*; a *Agência de Serviço Social do Posto de Puericultura Francisco Pignatari*; a *Agência de Serviço Social Familiar – Comissão Estadual de Pernambuco*; a *Agência de Serviço Social do Hospital Osvaldo Cruz*; a *Agência de Serviço Social da Fábrica de Camaragibe*; e a *Agência de Serviço Social Familiar da Escola de Serviço Social de Pernambuco*. Com exceção da Escola de Serviço Social, em todas as instituições o Serviço Social começou a comparecer a partir do segundo lustro dos anos 1940, e, de modo mais palpável, quando a década já estava se encerrando. A documentação disponível forneceu algumas características desses primeiros espaços ocupacionais, sinalizando para algumas tendências predominantes nesse estágio de emergência do Serviço Social em Pernambuco: uma intervenção profissional balizada pela concepção de “desajustamento social” e metodologicamente referenciada no “Serviço Social de Casos”; um “público-alvo” basicamente constituído por crianças, adolescentes e mulheres de franjas das classes trabalhadoras na condição da “superpopulação relativa”, ou absorvidos, especialmente, no setor do comércio (sem extração tipicamente operária).

O trabalho de Lira (1953) indica que, em 1946, tem início o Serviço Social no *Juizado Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife*, sob o comando do Juiz de Direito Rodolfo Aureliano da Silva. O Juizado fora criado em 1934, para “[...] exercer ação preventiva, repressiva e assistencial aos menores delinquentes e abandonados” (LIRA, 1953, p. 7), através de uma aparelhagem que incluía: dois *Abrigos Provisórios* (um masculino e outro feminino), antes existentes como *Internato Profissional 5 de Julho*; o *Instituto Profissional de Garanhuns*, anteriormente funcionando como *Patronato Agrícola de Garanhuns*; o *Instituto Profissional de Igarassu*, antes *Escola Correccional de Garanhuns*, mantida pelo Asilo Bom Pastor; e o *Serviço de Proteção e Assistência a Menores Abandonados e Delinquentes*, criado em 1938. Junto ao Juizado, além dos Abrigos Provisórios e demais equipamentos, existiam

¹⁴ É sempre forçoso advertir que tais conclusões correspondem à aproximação a essa realidade permitida pelo andamento da pesquisa. Até o momento, no entanto, nenhum registro documental ou bibliográfico sugere, mesmo alusivamente, outros espaços existentes além dos que informamos na sequência.

alguns estabelecimentos subordinados: o *Núcleo de Escoteiros de Bongí* (para menores de 10 anos); o *Instituto Profissional de Pacas* (para crianças entre 11 a 14 anos); a *Granja Jangadinha* (para adolescentes com mais de 15 anos); e o *Instituto Profissional Feminino de Garanhuns*. O Serviço Social surgiu como uma das seções do Juizado¹⁵, destinado ao “estudo e tratamento de caso” de cada criança ou adolescente, subsidiando o Juiz nos elementos necessários para sua melhor elucidação. Os registros de Lira (1953), relativos à segunda metade dos anos 1940, mostram que o Serviço Social do Juizado contava com um Diretor, quatro assistentes sociais plantonistas e mais dez visitadoras, e dispunha de uma agência em cada bairro, com sede em salões paroquiais, grupos escolares, etc. A própria Lira (1953) sinaliza para a interação entre essa aparelhagem do Juizado, onde o Serviço Social circulava; em seu Trabalho de Conclusão de Curso, diz que estava atuando no Serviço Social do Juizado de Menores em 1946, quando foi convidada para orientar o trabalho das Censoras do Abrigo Provisório Feminino (Internato), anexo ao Juizado, e destinado a receber meninas que aguardavam estudo e solução dos seus processos.

Por outro lado, Oliveira (1957) registra que, em janeiro de 1946, surgiu o Serviço Social no *Conjunto Residencial de Casa Amarela*, concomitante à inauguração dos próprios apartamentos, sendo criada, em abril do mesmo ano, uma *Agência de Serviço Social de Casos* no local. O Conjunto foi subsidiado pela carteira imobiliária do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), constituído por 243 casas de 2 pavimentos (totalizando 486 apartamentos), para atender às necessidades de habitação dos seus associados, através de aluguel dos imóveis. Empregando, de princípio, uma assistente social e duas agentes (então estagiárias de Serviço Social e alunas da ESSPE), o Serviço Social do Conjunto Residencial nasce com intuito de selecionar os candidatos inscritos à aquisição das casas. Já a *Agência de Serviço Social de Casos* é aberta para atender às famílias – em especial as mulheres e crianças – que eram identificadas em condição de “desajustamento social”. Mantida através de uma porcentagem dos alugueis, primeiramente esteve instalada em uma das casas, conquistando uma sala do prédio da administração do Conjunto Residencial anos depois. O Trabalho de Conclusão de Curso de Barreto (1955) mostra que as primeiras instalações representavam condições bastante limitadas para atuação do Serviço Social. E que circunstâncias mais favoráveis foram alcançadas apenas em setembro de 1949, após a inauguração da Biblioteca Infantil, a incorporação de estagiárias da ESSPE de Serviço Social e a admissão de funcionárias – algo que, inclusive, oportunizou o desenvolvimento de experiências do *Serviço Social de Grupos* com crianças e adolescentes do Conjunto Residencial. Já em dezembro de 1952, um Centro Social é aberto, aglutinando todas as ações desenvolvidas (corte e costura, culinária, biblioteca, jogos, trabalhos manuais, discoteca, etc.).

Também, dentre as instituições (privadas ou oficiais) que, até 1952, se propunham a assistir à maternidade e à infância do Estado, apenas o *Posto de Puericultura Francisco Pignatari*¹⁶ – conforme Lima (1958) – havia criado oficialmente o Serviço Social na sua estrutura organizacional (em outubro de 1949), não obstante o carecimento de pessoal técnico nomeado ainda naquele início dos anos 1950¹⁷. É assim sinalizado, por Lima (1958, p. 77), o caráter ainda inconsistente do Serviço Social ali existente em 1952: “É normal que não possam ser apresentados grandes resultados, diante da impossibilidade material da realização do trabalho. Apesar do Serviço Social

¹⁵ Assim é descrito o conjunto das seções do Juizado, por Lira (1952, p. 8): Juízo, Delegacia de Menores, Serviço Social, Serviço Médico e Agência de Colocações.

¹⁶ Unidade localizada em Casa Amarela, na Estrada do Arraial, nº 4140.

¹⁷ A assistente social chefe, que assumiu na época, foi a concluinte Semiramis Santiago, ex-aluna da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

ter sido fundado naquele Posto há 3 anos, ainda não logrou merecer pessoal técnico, nomeado pelo Estado, para exercer suas funções. É essa a situação do único serviço social existente nas instituições, quer privadas ou oficiais, que se propõem a assistir à mãe e à criança”. Tratava-se da existência de uma *Agência de Serviço Social* naquele Posto, destinada a prestar assistência social e educativa às gestantes matriculadas no Serviço Pré-Natal, através da aplicação do *Serviço Social de Casos*. Em 1951 há uma tentativa também de adoção do *Serviço Social de Grupos*, interrompida, e reiniciada no ano seguinte. Com efeito, essa consistia na primeira e única Agência de Serviço Social do Departamento Estadual da Criança até 1958, ano de redação do trabalho de Lima (1958).

Por último, encontramos também nas *Agências de Serviço Social Familiar* alguns espaços de intervenção do Serviço Social em Pernambuco, cujo início remonta ao final dos anos 1940. Oliveira (1950) dirigiu o *Setor de Assistência à Família* da LBA¹⁸, e sistematizou sua experiência na *Agência de Serviço Social Familiar - Comissão Estadual de Pernambuco*, criada em 1949 como um setor da Assistência à Família na sede da LBA. Seu trabalho sugere uma atuação balizada pela concepção de “reajustamento” (GOMES, 1987) e a aplicação do *Serviço Social de Casos*, com forte perspectiva vocacional e apelo doutrinário, sendo desenvolvido em regime de plantão. Antes de 1949, apenas algumas experiências embrionárias se verificam no então extinto Departamento de Assistência Social da LBA, protagonizadas por alunas concluintes da ESSPE. Oliveira (1950, p. 34) assim avalia essas experiências nascentes: “Procuravam elas [as concluintes] através de visitas domiciliares estudar os casos, e apresentavam relatórios às encarregadas do serviço para diagnóstico, e indicação de tratamento. Mas, apesar de toda boa vontade daquelas que se dedicaram a esses estudos, não se pode dizer que o trabalho foi realizado dentro da técnica”.

Ademais, Oliveira (1950) menciona a existência de outras quatro Agências inauguradas, em geral, após 1948, empregando assistentes sociais: a já mencionada *Agência de Serviço Social do Posto de Puericultura Francisco Pignatari*, de Casa Amarela, prestando assistência médica, social e material a gestantes do bairro, através do estudo de casos; a *Agência de Serviço Social do Hospital Osvaldo Cruz*, a qual “[...] funcionando exclusivamente para atender os casos relacionados com os doentes internos no Hospital acima mencionado, o qual se propõe ao tratamento da tuberculose pulmonar. Esta Agência tem por finalidade garantir o contato entre o doente e sua família, e orientá-lo em relação às prescrições médicas, reajustando-o pelo estudo de caso e tratamento conveniente, sob o ponto de vista médico, material e moral” (OLIVEIRA, 1950, p. 78); a *Agência de Serviço Social junto à Fábrica de Camaragibe*, “[...] que se propõe a atuar como agente de ligação entre os operários e a direção da Fábrica, exercendo sua ação junto ao patrão e contribuindo para que este possa compreender certos problemas, quer de ordem geral dos seus operários, obtendo a sua participação na solução dos mesmos” (OLIVEIRA, 1950, p. 79); e a *Agência de Serviço Social Familiar da Escola de Serviço Social de Pernambuco*, “[...] que funciona como campo de treinamento de alunas, ministrando-lhes os conhecimentos práticos do Serviço Social de Casos Individuais, com a supervisão da professora da referida cadeira” (OLIVEIRA, 1950, p. 79).

Esse quadro dos espaços ocupacionais de assistente sociais é profundamente dinamizado pelas transformações econômicas e políticas deslanchadas a partir da década de 1950 no Nordeste. Uma expressão do “desenvolvimento desigual interno” (FERNANDES, 1976) do capitalismo no

¹⁸ A mesma afirma ter estagiado no Colégio Estadual de Pernambuco, provavelmente durante o primeiro lustro dos anos 1940, pois fazia parte da primeira turma, sem, contudo, ter conseguido aproveitar o trabalho desenvolvido para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com a dispersão da turma inicial da Escola nesses anos. Afirma ainda que sua intenção primitiva era utilizar a formação de Serviço Social para servir à Juventude Operária Católica, da qual fazia parte. Menciona que sua formação também recebeu uma contribuição do Instituto Social do Rio de Janeiro e da Escola de Serviço Social de São Paulo, a partir de uma bolsa de estudos de aperfeiçoamento de concluintes e terceiranistas concedida pela LBA .

Brasil é esse compasso temporal peculiar da acumulação de capital na região: somente no curso dos anos 1950 ela sofre um impulso industrializante de maior vulto. A erosão da economia tradicional e a submissão ao capital monopolista, comandado pelo Centro-Sul e subsidiado pelo Estado, implicaram num agravamento das sequelas sociais da acumulação e num acirramento das lutas de classes em nível regional. Concomitantemente, ocorria uma significativa modernização e complexificação da aparelhagem governamental necessária à regência dos novos processos produtivos e ao deslocamento das contradições sociais e políticas crescentes – cujo ponto culminante se encontra nas mudanças operadas no bojo do ciclo ditatorial aberto em 1964.¹⁹ Assim, mesmo antes de encerrada a década de 1960, a composição do mercado de trabalho de assistentes sociais estava em expansão, e era francamente mais complexa do que aquela despontada dois decênios antes – refletindo no maior número das diplomações, conforme o gráfico anterior²⁰. Um documento da ESSPE, destinado ao levantamento dos motivos para a criação do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, fornece o panorama dos espaços existentes em finais de 1960, e das perspectivas abertas:

Vale a pena referir, neste particular, a expansão do Serviço Social que vem se efetuando até mesmo nas Universidades, como é o caso da experiência do CRUTAC (Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária), iniciada no Rio Grande do Norte [...]. Também a ampliação do Serviço Social ao nível da comunidade, nos hospitais universitários, se constitui fonte de demanda profissional. Todavia, fora dos limites da Universidade, os planos de desenvolvimento integrado, que os municípios de maior relevo do Nordeste se aprestam a realizar, de acordo com programação do Ministério do Interior, estão, necessariamente, ampliando a faixa de atuação dos Assistentes Sociais, vinculados como são estes, pela sua profissão, ao desenvolvimento. As reformas administrativas em execução contribuem, por sua vez, para alargar os horizontes profissionais, eis que se vem revelando os Assistentes Sociais técnicos de grande valor na aplicação de políticas e procedimentos da administração de pessoal [...]. Mas, não se pode deixar de mencionar a demanda profissional, nos serviços de assistência aos menores, como é o caso da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, que vem contratando os serviços de um bom número de Assistentes Sociais; assim, também o INPS cujo órgão de pessoal em Pernambuco tem recrutado profissionais até em outros Estados. (ESSPE, 1969, p. 2).

Prossegue o mesmo documento, arrolando as principais instituições empregadoras então existentes, e algumas áreas de atuação: o chamado “serviço social penitenciário”; o “serviços sociais” dos órgãos de Previdência Social em geral; os programas de desenvolvimento comunitário, realizados sob os auspícios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); as Secretarias de Estado; o Serviço Social Contra o Mocambo; o Departamento de Estradas e Rodagem; a Prefeitura Municipal do Recife; a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF); a Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE); a Rede Ferroviária

¹⁹ Uma síntese da relação entre esse ciclo industrializante no Nordeste, a atuação da SUDENE e as modificações da formação em Serviço Social na região é oferecida por Vieira (1992). O estudo de Oliveira (2008) analisa essa captura do Nordeste pelo grande capital. E o relato de Page (1962) fornece uma interessante mostra da movimentação camponesa, da atuação das esquerdas, da SUDENE e da intervenção norte-americana nesse período.

²⁰ Pense-se, por exemplo, como, somente no ano de 1957, a ESSPE diplomou o mesmo número de assistentes sociais (16) que havia formado, cumulativamente, nos dezesseis anos anteriores de sua existência.

do Nordeste (RFN); a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO); a Legião Brasileira de Assistência (LBA); as Entidades Paraestatais como o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) etc.; a Arquidiocese de Olinda e Recife e as Dioceses do Interior; a Confederação Evangélica; as Cooperativas; os Hospitais; as Empresas Privadas de maior porte, etc. (ESSPE, 1969, p. 3).

Em termos dos campos de trabalho, são assim classificados na Exposição de Motivos (ESSPE, 1969, p. 2-3), associados às respectivas respostas profissionais previstas à época:

[...] a saúde pública, que pode ser reforçada por esses profissionais com vistas à recuperação dos enfermos; a educação, pela integração entre escola, família e comunidade; no trabalho, como foi referido, sobretudo no âmbito da administração de pessoal, concorrendo para o esclarecimento das relações entre patrões e empregados e buscando a sua melhoria, além de organizando e coordenando os programas de bem-estar dos empregados; nos planos de habitação, selecionando e educando os moradores das novas residências, auxiliando-os na adaptação ao novo ambiente além de colaborarem em outros serviços próprios de comunidade; na justiça pesquisando antecedentes sociais, participando das questões envolvidas no cumprimento de normas do Direito de Família, assistindo na reabilitação de delinquentes etc.; nos programas de nutrição das escolas, em que intervêm fatores sociais auxiliando, também, na disseminação de informações sobre dietética. Isto, sem falar nos programas de desenvolvimento da comunidade, em que o Assistente Social além de exercer funções de organização e educação pode realizar numerosos outros trabalhos de conteúdo social, variáveis em função dos objetivos fixados e das autoridades eu superintendem a execução do programa.

Com isso, buscamos sinalizar o adensamento dos espaços ocupacionais e das áreas de atuação, ocorrente, sobretudo, após os anos 1960, para nuançar o caráter embrionário das possibilidades de intervenção profissional vigentes ao final da década de 1940. Embora a *consolidação* do Serviço Social suponha a sua *emergência*, as alternativas de intervenção presentes nesta última não correspondem – nem qualitativa, nem quantitativamente – àquelas alcançadas quando da vigência das tendências econômicas, políticas e estatais desabrochadas pelo metabolismo capitalista das décadas seguintes.

Considerações finais

Os anos 1940 consistem no período de *gestação* do Serviço Social em Pernambuco. Com efeito, até antes do encerramento da década, os supostos que contribuiriam para forjá-lo enquanto área de intervenção socio-ocupacional específica, com inserção minimamente efetiva e reconhecida na aparelhagem assistencial, ainda estavam sendo firmados. Essa particularidade temporal do evoluir da profissão no estado, por sua vez, contribui para a determinação dos arranjos teórico-metodológicos, da especificidade e complexidade das demandas e respostas profissionais, da auto-representação dos agentes, que marcam peculiarmente o Serviço Social nessa realidade regional desde sua constituição. Ou seja, já a partir da sua efetiva emersão profissional, praticamente dada na entrada dos anos 1950, os vetores próprios da sua constituição não se restringem aos que concretizam estritamente o Serviço Social “tradicional” e o “perfil pedagógico da ‘ajuda’”.

Seja em algumas experiências práticas iniciais mais consistentes, sejam nos requisitos da formação especializada firmados após o aparelhamento da ESSPE, se inscrevem elementos

próprios da *erosão do tradicionalismo*, também associados ao “perfil pedagógico da participação” (ABREU, 2008) – tanto, por exemplo, com a assimilação de disciplinas e instrumentos da abordagem “comunitária” (após 1948), com o envolvimento da ESSPE nos Congressos Pan-americanos de Serviço Social (iniciados a partir de 1945), quanto com a evidente presença, no discurso e orientação profissional, de um aspecto técnico, balizado pela psiquiatria e/ou por referenciais norte-americanos (notadamente, na experiência ocorrida em finais de 1940, na Escola Ulisses Pernambucano, e na criação do Fichário Central de Obras Sociais, também nesse período). Embora essa particularidade não nos autorize a sustentar uma ausência de supremacia do tradicionalismo, sinaliza, todavia, para uma tessitura do Serviço Social em Pernambuco mais permeável (menos refratária) a tendências atualizadoras e/ou inovadoras – cujo espectro comporta, desde aquelas de cariz modernizador, até as perspectivas abertamente contestadoras.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDRADE LIMA, Maria da Glória de. **Uma experiência de Serviço Social junto aos círculos operários**. Recife, 1946. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1946.

BARRETO, Maria Soares. **Uma experiência de Serviço Social de Grupos junto a adolescente**. Recife, 1955. 231 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1955.

BERNARDES, Dênis. **Relatório Final do Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. (mimeo).

CARVALHO, Raúl de. Modernos agentes da justiça e da caridade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 43-71, mar. 1980.

COSTA, Ana Luiza Pereira. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis**. Recife, 1949. 166 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1949.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESSPE). **Exposição de Motivos ao Professor Murilo Umberto de Barros Guimarães, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco**. Setembro de 1969. (mimeo).

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESSPE). **Relatório da Comissão Verificadora**. Recife, 31 de janeiro de 1955 (mimeo).

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GOMES, Vilma Dourado. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945 Políticas de ação e ações políticas**. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LANDIM, Valéria e GOMES, Vilma Dourado. O Serviço Social no processo do movimento circuísta. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985. p. 14-26.

LIMA, Maria Dolaíde Augusto. **Tentativa de aplicação do método de Serviço Social de Grupo num Posto de Puericultura**. Recife, 1958. 78 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1958.

LIRA, Maria Hermina de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Abrigo Provisório Feminino do Juízo Privativo de Menores Abandonados de Delinquentes do Recife**. Recife, 1953. 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1953.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, abr., p. 87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. **Intervenção Social**, nº41, 11-35, 1ª semestre, 2013.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-77.

OLIVEIRA, Aline Alves Manguiera de. **Uma experiência de Serviço Social de Casos num conjunto residencial**. Recife, 1957. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1957.

OLIVEIRA, Arirete Souza de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Sertor de Assistência à Família de Legião Brasileira da Assistência (Comissão Estadual de Pernambuco)**. Recife, 1950. 100 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1950.

OLIVEIRA, Francisco. de. **A noiva da revolução / Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PADILHA, Helena. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco**: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PAGE, Joseph. A. A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil 1955-1964. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino Silveira. A emergência do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940. In: SILVEIRA Jr., Adilson Aquino Silveira (org.). **Serviço Social em Pernambuco**: primeiras décadas da formação e atuação profissional. Curitiba: CRV, 2020. p. 65-92.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. **Ensino do Serviço Social no Nordeste**: entre a Igreja e o Estado. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.